

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 011

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Orlando Pessuti</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Péricles de Holleben Mello</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>José Maria Ferreira</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Ricardo Maia</i> |
| <i>PSC</i> | <i>Chico Noroeste</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 06: Chico Noroeste - Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE MARÇO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 05 sessões, do Projeto de Lei nº 385/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do *caput* 3º da Lei nº 10247 de 12 de janeiro de 1993.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário a diminuição do interstício, para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 02.03.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres pares, senhoras e senhores, em primeiro lugar quero ter o prazer de anunciar aqui a presença do Professor Basílio Bacari, ilustre vereador da nossa Cidade de Maringá, que está nos visitando. É um prazer tê-lo conosco.

Senhor presidente, hoje trazemos a esta Casa, com muita satisfação, um relatório apresentado pela Secretaria de Obras do Estado do Paraná, do Decon, que mostra todos os serviços de engenharia construídos por escritórios regionais de todo o Estado do Paraná. Esse relatório mostra com clareza dados que atestam a eficiência daquela Secretaria de Obras Públicas do Paraná, o COP, que tem na responsabilidade o Secretário Augusto Canto Neto.

Em termos de números, podemos destacar aqui um total de cinquenta milhões, novecentos e quinze mil e noventa e cinco reais, de investimentos. Um Total de 843 obras realizadas, concluídas e entregues em todo o Estado. Não deixa de ser um número altamente expressivo, destacando algumas regionais que eu gostaria de mencionar aqui, como é o caso da Cidade de Cascavel, que ficou com 8,16% de todo investimento em obras concluídas no Estado do Paraná, no ano de 1999. Temos Londrina com 5,76%, Maringá com 8%, e o detalhe que nos chama atenção aqui, Curitiba com 32,9%.

Realmente os números falam alto e até falávamos com o Secretário Augusto Canto que é um secretário Moderno, que tem uma equipe eficiente e, falávamos da preocupação desses investimentos que estão sendo carreados para a área metropolitana de Curitiba, consumindo grande parte dos recursos de todo o Estado do Paraná. Apenas este detalhe que chamamos à atenção.

Precisamos interiorizar mais os investimentos para que não haja migração crescente como está havendo, fazendo com que o interior se enfraqueça cada vez mais e a área metropolitana de Curitiba vá inchando cada vez mais.

Então, senhor presidente, queria deixar aqui o registro, os cumprimentos ao Secretário Augusto Canto Neto, pelo seu trabalho, pela eficiência, pela transparência e pela eficiência de sua secretaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças, PDT, PT, PSB, PTB, PSDB, PFL, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 194, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando diminuição do interstício, para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Carlos Marchioro. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jesuítas. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 505/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que institui no Estado do Paraná, o Dia Estadual da Pequena e Micro Empresa, dia 05 de outubro. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 636/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto Maringaense de Reintegração Social - Imares, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do *caput* 3º, da Lei nº 10.247, de 12 de janeiro de 1993. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 385/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a redação do *caput* do artigo 3º, da Lei nº 10.247, de 12 de janeiro de 1993.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 195 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 385/99. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 385/99.

Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Discutir**)

Pedi para discutir, para que não entrássemos no processo de votação desse projeto. O Projeto 385/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, este projeto, senhor presidente, na nossa maneira de avaliar, precisaria de uma melhor análise desta Casa. Veja Vossa Excelência, que pelo que consta aqui, do avulso publicado, o projeto tem parecer apenas da Comissão de Constituição e Justiça, e trata de uma questão ambiental das mais importantes. Porque elimina, de certa forma, o potencial fiscalizador da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Instituto Ambiental do Estado do Paraná, a partir do momento em que diz: “que as multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar, corrigir e reparar os danos causados a critério do órgão ambiental”.

Então, veja que as multas poderão ter a sua exigibilidade suspensa quando o infrator se obrigar, não quando o infrator tiver já adotado as medidas específicas que possam cessar, corrigir, reparar danos causados ao meio ambiente.

Sabemos que a cada dia que passa, mais ações tem o Poder Público que desenvolver, mais ações temos que, enquanto cidadãos, desenvolver, para que possamos preservar, conservar, viver harmonicamente com o ambiente no qual estamos inseridos. E sabemos que embora

existam pessoas - as mais qualificadas, as mais comprometidas, melhor dizendo, com a causa do meio ambiente, sejam elas agricultores, comerciantes, profissionais liberais, industriais. Mas ainda temos pessoas que se utilizam de brecha na legislação ou se utilizam de momentos de uma fiscalização mais amena ou menos presente, para agredir o ambiente em que vivemos.

Veja Vossa Excelência, que recentemente tivemos um dos maiores desastres ecológicos deste país, que foi o derramamento de óleo na baía de Guanabara. Veja Vossa Excelência que a todo instante e a toda hora temos notícias de que a mata atlântica do nosso litoral, da nossa Serra do Mar é agredida. Veja Vossa Excelência que a cada instante, a cada momento temos notícias de que este ou aquele cidadão não respeitou a legislação e também não tomou as devidas precauções e causou uma agressão ao meio ambiente. Isso tudo pode ser reparado tão somente como uma obrigação da pessoa que vai reparar o erro. Ele já tinha essa obrigação antes de não causar esse dano ao ambiente. Ele é autuado, é multado e daí vem e diz que se obriga a reparar e tudo cessa e tudo acaba e o ambiente fica aí à espera de 10, 20, 50, 100 anos quem sabe, para ser reparado.

Então, vejo que esta medida vai um pouco na contramão das coisas que estão acontecendo neste mundo em que vivemos. A própria Assembléia Legislativa, depois de uma ampla discussão, aprovou aqui a política estadual de gerenciamento de recursos hídricos, o novo programa estadual de recursos hídricos, que justamente procura estabelecer uma série de compromissos e normas que estão sendo elaboradas, para que todos façamos com que os recursos hídricos hoje disponíveis, possam ser preservados, possam ser por nós cuidados.

Vejo que este projeto acaba com todas essas ações, ou pelo menos estimulará que se acabe com todas essas ações positivas que se faz em favor de um ambiente mais correto, mais agradável para todos.

Neste sentido, senhor presidente, estou requerendo e vou assinar agora um requerimento de retirada deste projeto da Ordem do Dia, pedindo a Vossa Excelência que determine inclusive, nesta saída dele, que estamos pedindo por 5 sessões, que ele seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente da Casa, para ser analisado do ponto de vista, também, da questão ambiental. Estamos encaminhando a Vossa Excelência o requerimento de retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão, em votação o requerimento do Deputado Orlando Pessuti, para que o projeto vá à Comissão de Meio Ambiente.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.
Aprovado.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2000, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Util-

idade Pública a Fundação (Re)Fazenda”, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 16.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação (Re)Fazenda, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 5889/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/2000, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná, com sede no Município de Três Barras do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 002, de 16.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 003/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná, com sede no Município de Três Barras do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma de emenda substitutiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA Nº 003/2000

O artigo 1º do presente projeto passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

de Três Barras do Paraná, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro no Município de Catanduvas.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas, Antonio Belinati, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2000, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Pré-Escolar Padre João Chiarot, com sede e foro no Município de Cambará. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 16.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 009/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Pré-Escolar Padre João Chiarot, com sede e foro no Município de Cambará.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2000, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Conselho Particular Bandeirantes da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Bandeirantes. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 004, de 21.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 027/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Particular de Bandeirantes da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Bandeirantes - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei

nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2000, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Santa Helena para Pessoas Portadoras de Deficiência - ASHPPD, com sede e foro na Cidade de Santa Helena. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 006, de 23.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 041/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Santa Helena para Pessoas Portadoras de Deficiência - ASHPPD, com sede e foro na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma de Emenda Corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 041/2000

A súmula e o artigo 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Santa Helena para Pessoas Portadoras de Deficiência - ASHPPD, com sede e foro no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Nereu Moura e Pastor Edson Praczyk.

Sobre a mesa, Requerimento nº 183, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, gostaríamos que esse requerimento não fosse votado no dia de hoje, pela ausência do autor e também por acharmos que esse requerimento não diz nada, porque sabemos que temos uma lei e eu não sei qual é o objetivo do deputado de entrar com um requerimento desses, sabendo que não terá resultado nenhum, senão votaremos contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou decidir a Questão de Ordem.

Dada à ausência do autor, considero o requerimento sem pé nem cabeça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2000.

Marca ainda outra Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 13, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 163, 410, 539, 557 e 624/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 354/99, 002, 003, 009, 027, e 041/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 654/99, 020 e 021/2000.

Levanta-se a sessão.